

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO CAMAMU - 2019/2020

Pelo presente instrumento, firmam CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, de um lado o SINDICATO DOS SUPERMERCADOS E ATACADOS DE AUTO-SERVIÇO DO ESTADO DA BAHIA - SINDSUPER- CNPJ N° 01.573.537/0001-03, e do outro lado, o SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE VALENÇA E REGIÃO - BA, CNPJ N° 13.071.147/0001-14, neste ato representado por seus Presidentes, TEOBALDO LUÍS DA COSTA, brasileiro, casado, residente nesta capital, portador do CPF n°. 104.083.205-91 e ADESÔN DA SILVA DE MATOS, brasileiro, casado, residente em Valença-Bahia, portador do CPF n°. 700.782.975-91, respectivamente, todos devidamente autorizados por suas Assembléias, nos termos das Cláusulas que seguem, que aceitam e mutuamente se obrigam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PISOS SALARIAIS

1) A partir de 1° de março de 2019, fica garantido piso salarial, por função, para funcionários com mais de 90 dias consecutivos na mesma Empresa nos seguintes valores:

1.1) Nas empresas com até 599 (quinhentos e noventa e nove) empregados a nível nacional:

a. **R\$ 998,14 (Novecentos e Noventa e Oito Reais e Quatorze Centavos)**, para os empregados que exerçam as funções de office-boy, faxineiro, carregador, empacotador, trabalhador braçal, copeiro, vigia, entregador, auxiliar de serviço, serventes e similares.

b. **R\$ 1.019,36 (Um Mil e Dezenove Reais e Trinta e Seis Centavos)**, para os empregados que exercem a função de: caixa, repositor, auxiliar de operações, balconista, auxiliar de serviços gerais, operador de loja e demais funções.

1.2) Nas empresas acima de 599 (quinhentos e noventa e nove) empregados a nível nacional:

a. **R\$ 1.008,80 (Um Mil e Oito Reais e Oitenta Centavos)**, para os empregados que exerçam as funções de office-boy, faxineiro, carregador, empacotador, trabalhador braçal, copeiro, vigia, entregador, auxiliar de serviço, serventes e similares.

b. **R\$ 1.093,80 (Um Mil e Noventa e Três Reais e Oitenta Centavos)**, para os empregados que exercem a função de: caixa, repositor, auxiliar de operações, balconista, auxiliar de serviços gerais, operador de loja e demais funções.

 1

1.2) As diferenças salariais serão pagas até a folha de setembro de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - REAJUSTE SALARIAL

Os empregados do comércio supermercadista, com salário superior àqueles estipulados como piso salarial da categoria, a partir de 1º de março de 2019, terão seus salários reajustados em 3,94% (Três Virgula Noventa e Quatro Por Cento), compensando todas as antecipações legais e espontâneas ocorridas no período.

CLÁUSULA TERCEIRA - SUBSTITUIÇÃO

Em caso de substituição não eventual, na mesma função ou cargo de confiança, o substituto passará a receber, a partir do primeiro dia e enquanto durar a substituição, a mesma remuneração do substituído.

CLÁUSULA QUARTA - QUEBRA DE CAIXA

A título de quebra de caixa, as empresas pagarão, mensalmente, aos seus empregados que exerçam efetivamente a função de caixa, 10% (dez por cento) do salário mínimo, se o empregado tiver menos de 90 (noventa) dias de tempo de serviço efetivo na mesma empresa e 10% (dez por cento) do respectivo salário para os que possuem tempo de serviço superior.

Parágrafo primeiro: Ficam desobrigadas deste pagamento as empresas que não descontarem de seus empregados as diferenças que ocorrerem no caixa.

Parágrafo segundo: Os empregados que exercem a função de caixa ficam isentos de qualquer responsabilidade, na hipótese de não presenciarem a conferência do numerário.

Parágrafo terceiro: Obrigam-se os empregadores a não promoverem desconto do salário dos seus empregados das quantias correspondentes aos cheques por eles recebidos, que tenham sido sustados ou sem provisão de fundos, desde que observadas às normas da empresa.

CLÁUSULA QUINTA - GARANTIA PROVISÓRIA

Com exceção dos empregados admitidos em caráter de experiência e nas hipóteses de pedido de demissão ou dispensa por justa causa, assegura-se a estabilidade temporária nas condições e prazos seguintes:

- a) Gestante - 80 (oitenta) dias, após a licença maternidade.
- b) Pré Aposentado - Nos 12 (doze) últimos meses que antecedem a data para aquisição do direito à aposentadoria voluntária.



Parágrafo único: O empregado perderá o direito a esta garantia se, ao entrar no período aquisitivo de pleitear a aposentadoria, não o fizer.

- c) Afastamento por doença - De 30 (trinta) dias após alta médica para os empregados que tenham sido afastados do trabalho por tempo igual ou superior a 06 (seis) meses e que tenham, neste período, o auxílio-doença previdenciário.

CLÁUSULA SEXTA - UNIFORMES

As empresas, na medida em que exijam, fornecerão gratuitamente e anualmente, 03 (três) uniformes aos seus empregados, sendo responsáveis pela regulamentação do uso em serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada do empregado permanece de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, ou 08 (oito) horas diárias, permitida a compensação da duração diária do trabalho, obedecidas as exigências e formalidades legais e os seguintes itens:

- a) As horas acrescidas em um ou mais dias da semana, serão devidamente compensadas, em conformidade com a Lei.
- b) As horas extras do empregado, uma vez não compensadas, serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento), de acordo com a Lei.
- c) Os empregadores fornecerão, gratuitamente, um lanche aos seus empregados convocados para o trabalho suplementar, com duração superior a 01:30 (uma hora e trinta minutos).

CLÁUSULA OITAVA - ADEQUAÇÃO DA JORNADA - COMPENSAÇÃO

Convencionam as partes, que as horas excedentes da jornada de trabalho diário poderão ser compensadas, mediante concessão de folgas, observando o disposto abaixo:

- 1) A carga máxima de horas excedentes de trabalho será de 02 (duas) horas diárias e 40 (quarenta) horas mensais.
- 2) As horas excedentes serão compensadas mediante concessão de folgas que serão dadas obrigatoriamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, zerando assim todas as horas extras com o número equivalente de folgas.
- 3) A concessão de folgas aqui acordadas não impede a obrigatoriedade da folga semanal prevista em lei.
- 4) A compensação decorrente das horas trabalhadas excedentes da jornada diária, até o limite de 02 (duas) horas, dar-se-á com base na correlação, considerando para cada hora de excesso, 01 (uma) hora de folga.

R

J
A
Am-9

- 5) Os empregadores ficam proibidos de dar folga ao empregado no dia em que estiver escalado para o trabalho, salvo se requisitado pelo próprio empregado, e de comum acordo com o empregador.
- 6) Na hipótese de impossibilidade das empresas cumprirem o acordado no prazo fixado, ficam obrigadas ao pagamento das horas excedentes trabalhadas e não compensadas, acrescidas do percentual constante nesta convenção coletiva, estabelecido para adicional de horas extraordinárias, devendo o pagamento ser realizado, obrigatoriamente, nos 30 (trinta) dias seguintes ao previsto no item 2 desta cláusula, fechando o sistema a cada 60 (sessenta) dias, como aqui previsto. Em caso do pagamento não ser realizado no mês seguinte ao período de compensação, as horas extras serão pagas com o adicional de 50% (cinquenta por cento).

CLÁUSULA NONA - DIA DO COMERCIÁRIO

No ano de 2020, fica assegurada a Segunda-feira de Carnaval, dia 24 de Fevereiro, **DIA DO TRABALHADOR COMERCIÁRIO SUPERMERCADISTA**, em substituição ao dia do Supermercadista não havendo trabalho, para os empregados, sem prejuízo da remuneração ou do repouso semanal remunerado.

CLÁUSULA DÉCIMA - EMPREGADO ESTUDANTE

O empregado estudante, estando devidamente comprovada esta condição, gozará das seguintes prerrogativas:

- a) A jornada de trabalho não poderá ser alterada se implicar em prejuízo ao seu comparecimento às aulas;
- b) Atendidas as conveniências do serviço, as empresas tentarão coincidir as férias do empregado estudante com o período de férias escolares;
- c) Serão consideradas justificadas, sem necessidade de compensação, as faltas ao serviço decorrente de realização de exames vestibulares, **Inclusive ENEM**, desde que comprovadas e cientificado o empregador, 48 (quarenta e oito) horas antes.
- d) O empregado estudante deverá apresentar a cada 03 (três) meses atestado de frequência escolar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO E HOMOLOGAÇÃO

a) A rescisão dos contratos de trabalho será regida pelos seguintes princípios:
Desde que solicitada, a empresa fornecerá Carta de Referência, se o empregado não tiver sido despedido por justa causa;

b) Os empregados com mais de 45 anos de idade, quando dispensados sem



justa causa, e que foram admitidos até 28 de fevereiro de 2004, terão direito a aviso prévio de 60 (sessenta) dias, desde de que tenham mais que 05 (cinco) anos na Empresa. O aviso prévio previsto nesta cláusula não é cumulativo com o aviso prévio legal e, os dias do aviso previstos nesta cláusula que excederem os dias legalmente previstos, não serão utilizados para a contagem de avos para férias, 13º salário e outras vantagens legais, inclusive integração ao tempo de serviço.

d) As homologações das rescisões contratuais com mais de um ano de vínculo empregatício serão efetuadas preferencialmente no Sindicato laboral, se contiverem ressalvas, deverão estar relacionadas no verso do documento rescisório.

d) As homologações não realizadas até 30 dias do prazo estabelecido no artigo 477 da CLT, além da penalidade expressa no referido artigo, a empresa pagará multa no valor equivalente a um dia da remuneração do trabalhador, por cada dia de atraso, desde que o atraso seja de responsabilidade da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRIÊNIO

A título de gratificação adicional por tempo de serviço, as empresas pagarão aos seus empregados, para cada 03 (três) anos de efetivo serviço ao mesmo empregador, 3% (três por cento) do respectivo salário, limitado cada triênio ao valor equivalente ao de um salário mínimo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FILIAÇÃO / DIVULGAÇÃO

Os representantes Sindicais, devidamente credenciados, poderão, em dia, hora e local previamente acordado com as empresas, nelas comparecer para filiação de novos sócios.

Parágrafo único: A divulgação da atividade sindical far-se-á na mesma ocasião, observadas idênticas condições, sendo que as publicações não poderão conter ofensas ou agressões aos empregadores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIRIGENTES SINDICAIS / REPRESENTANTE SINDICAL

As empresas que tiverem, nos seus quadros, empregados que sejam dirigentes sindicais, poderão liberar apenas 01 (um), para ficar à disposição do Sindicato dos Empregados.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - MULTA

Fica estipulada a multa de um piso salarial constante na cláusula 1ª, letra "a", desta convenção, para o caso de descumprimento das obrigações de fazer, contidas nesta Convenção, da seguinte maneira:

- a) Cometida por qualquer das entidades convenientes, a multa reverterá em favor da outra.
- b) Se a infração tiver sido cometida por parte das empresas, a multa será revertida em 50% em favor de cada empregado prejudicado e 50% em favor do sindicato laboral.

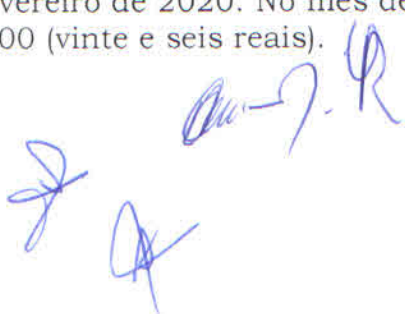
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TAXA ASSISTENCIAL

a) Em favor do Sindicato dos Empregados no Comércio de Valença Ba, em conformidade com a decisão das Assembleias Gerais dos Trabalhadores realizadas nos dias 07, 08, 09, 10, 11, 14, 15, 16, 17 e 18 de janeiro de 2019, por edital publicado no jornal A Tarde, edição do dia 20 de dezembro de 2018, página B7, que autorizou prévia e expressamente a cobrança:

a.1) O Empregado poderá opor-se, a qualquer tempo, aos descontos previstos nesta cláusula, devendo para tanto comparecer à sede do seu Sindicato e, em formulário apropriado, manifestar a sua livre intenção, sendo assim, as empresas deverão descontar a taxa deduzida dos salários dos empregados e depositar no Banco Bradesco – Agência 3068-6, conta corrente nº 32999-1, ou em formulário próprio, fornecido pelo Sindicato dos Empregados, ou recolher na sua sede, 05 (cinco) dias úteis após a dedução, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e atualização monetária de 3% (três por cento) ao mês, em formulário fornecido pelo Sindicato dos Empregados.

a.2) Nas empresas com até 599 (quinhentos e noventa e nove) empregados a nível nacional os empregadores aplicarão a taxa assistencial no valor de R\$ 11,00 (Onze Reais) nos meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro de 2019, janeiro e fevereiro de 2020. No mês de março de 2020 o valor descontado será de R\$22,00(vinte e dois reais).

a.3) Nas empresas acima de 599 (quinhentos e noventa e nove) empregados a nível nacional os empregadores aplicarão a taxa assistencial no valor de R\$ 14,00 (quatorze reais) nos meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro de 2019, janeiro e fevereiro de 2020. No mês de março de 2020 o valor descontado será de R\$26,00 (vinte e seis reais).



a.4) b) Caso alguma empresa ou o SINDSUPER venha a ser demandado judicialmente a restituir a qualquer empregado os valores descontados em razão do cumprimento desta cláusula, o SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE VALENÇA - se obriga a assumir tal dívida, desde que seja previamente comunicado pela(s) empresa(s) ou pelo SINDSUPER, da existência de ação judicial tão logo seja citada/notificada, a fim de que possa ingressar no feito para promover sua respectiva defesa, devendo, ainda, a(s) empresa(s) envolvida(s), em sua(s) contestação(ões), requerer judicialmente a inclusão do sindicato na lide, independentemente de comunicar a entidade extrajudicialmente.

a.5) Caso alguma empresa ou o SINDSUPER venha a ser condenado judicialmente a restituir a qualquer empregado os valores descontados em razão do cumprimento desta cláusula, independentemente do acolhimento do pedido de inclusão do Sindicato na lide mencionado na alínea "a.5", o SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE VALENÇA - ressarcirá o exato valor pago judicialmente pela empresa ou pelo SINDSUPER, ficando estes autorizados a compensar/deduzir, sem necessidade de prévio aviso, o valor da condenação com qualquer crédito destinado ao SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE VALENÇA -, ainda que decorrente de mero repasse.

a.6) - Em favor do SINDSUPER:

As empresas filiadas ao SINDSUPER deverão recolher a taxa assistencial Patronal, nos termos da legislação vigente- inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal, e com disposição legal na alínea "E" do Art2º do Estatuto do SINDSUPER, sendo o prazo para pagamento até 31 de agosto de 2019, a importância conforme tabela a seguir:

Para as empresas que possuem de 01 a 05 empregados R\$ 100,00

Para as empresas que possuem de 06 a 10 empregados R\$ 200,00

Para as empresas que possuem de 11 a 20 empregados R\$ 300,00

Para as empresas que possuem de 21 a 50 empregados R\$ 500,00;

Para as empresas que possuem de 51 a 100 empregados R\$ 1.000,00;

Para as empresas que possuem de 101 a 500 empregados R\$ 1.500,00;

Para as empresas que possuem de 501 a 1000 empregados R\$ 4.000,00;

Para as empresas que possuem de 1001 a 2000 empregados R\$ 6.000,00;

Para as empresas que possuem mais de 2000 empregados R\$ 10.000,00;

Parágrafo Primeiro: Só terão direito a votos nas assembleias gerais patronais os associados que estejam quites com as taxas assistenciais ou contribuições sindicais em favor do Sindicato dos Supermercados e



Atacados de Auto Serviço do Estado da Bahia. Conforme disposto nas alíneas "A" e "F" do artigo sexto do Estatuto do SINDSUPER.

Parágrafo Segundo – Os valores a serem recolhidos serão pagos através de boleto bancário enviado previamente ou depósito em conta corrente do SINDSUPER, agência 0232-1, conta corrente: 116.628-0, Banco Bradesco em nome do Sindicato dos Supermercados e Atacados de Auto Serviço do Estado da Bahia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - LOCAL PARA AMAMENTAÇÃO

As empresas que contarem, por loja, com mais de 30 (trinta) empregados do sexo feminino, com idade superior a 16 (dezesesseis) anos, obrigam-se a manter local destinado à guarda dos respectivos filhos em idade de AMAMENTAÇÃO, facultado o convênio com creches.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DISCRIMINAÇÃO SALARIAL

As empresas fornecerão aos seus empregados recibos de remuneração mensal discriminando todas as verbas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Serão reconhecidos os atestados médicos e odontológicos fornecidos por facultativos do Sindicato dos Empregados, em razão da existência de Convênio com Instituto Nacional do Seguro Social.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - REFEIÇÃO

As empresas que possuem acima de 399 (trezentos e noventa e nove) empregados a nível nacional, e possuem um mínimo de 08(oito) empregados por estabelecimento, fornecerão alimentação aos seus empregados através do sistema de refeição convênio (ticket de refeição ou alimentação) sem natureza salarial, com valor diário não inferior a R\$ 12,60 (Doze Reais e Sessenta Centavos).

Parágrafo primeiro: As empresas que possuem acima de 399 (trezentos e noventa e nove) empregados a nível nacional e possuem no máximo oito empregados por estabelecimento, fornecerão a título de vale alimentação nos meses de julho e dezembro de 2019, o valor de R\$ 53,00 (Cinquenta e Três Reais), para empregados contratados com mais de 90 (Noventa) dias, sendo que este valor não terá natureza salarial, mas indenizatória.

R

J
A

Parágrafo segundo: As empresas com até 399 (trezentos e noventa e nove) empregados a nível nacional fornecerão a título de vale alimentação nos meses de julho e dezembro de 2019, o valor de R\$ 53,00 (Cinquenta e Três Reais), para empregados contratados com mais de 90 (Noventa) dias, sendo que este valor não terá natureza salarial, mas indenizatória.

Parágrafo terceiro: As empresas que preferirem, podem, ao invés de fornecer ticket refeição aos empregados, fornecer esse benefício através de refeitórios, cestas básicas ou de refeições prontas e, neste caso, comprometem-se a fiscalizar a qualidade da refeição servida dentro de padrões nutricionais adequados e suficientes à manutenção da saúde do trabalhador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DESCONTO DE MENSALIDADE

As empresas descontarão dos seus empregados, que assim solicitarem por escrito, as mensalidades sindicais, recolhendo-as na conta corrente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE VALENÇA-BA Banco Bradesco- Agência 3068-6, conta corrente nº 32999-1 no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após o respectivo desconto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - EXAMES MÉDICOS

As empresas fornecerão aos seus funcionários cópias dos respectivos atestados de saúde ocupacional (ASO), além de cópias dos exames complementares.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - PREVENÇÃO

O SINDSUPER, em parceria com o SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE VALENÇA-BA, compromete-se a realizar campanhas e atividades informativas e preventivas sobre as doenças ocupacionais, planejamento familiar, doenças sexualmente transmissíveis, etc., mediante calendário anual, que deverá ser de conhecimento prévio de todos os envolvidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - POLÍTICA DE EMPREGO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

As partes aqui convencionadas instituem nesta data uma comissão paritária objetivando, a formulação de propostas e projetos para o estabelecimento de uma política de geração de empregos, requalificação profissional, ações sociais e temas de interesse das categorias.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Os empregadores se obrigam a não aceitar no interior de suas lojas, empregados de outras empresas sem carteira assinada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - SEGURO OBRIGATÓRIO

As empresas concederão seguro obrigatório, por acidente ou morte, para os empregados que transportem valores ou exerçam as atividades de vigia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ABONO DE FALTAS

As empresas não farão descontos nos salários dos empregados quando deixarem de comparecer ao serviço, desde que apresentem documentos que comprovem as seguintes situações:

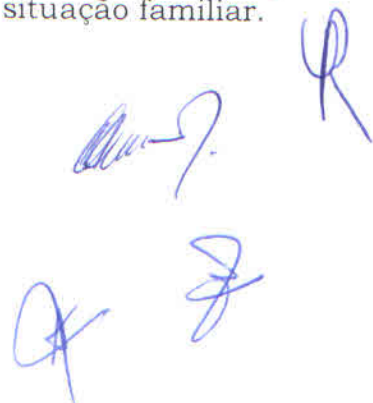
- 1) Até 02 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendentes, irmãos, ou pessoa declarada como sua dependente econômica;
- 2) Até 03 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;
- 3) Até 05 (cinco) dias consecutivos, em virtude de nascimento do filho;
- 4) Por 01 (um) dia, a cada 12 (doze) meses, em caso de doação de sangue;
- 5) Até 02 (dois) dias, em caso de alistamento eleitoral.
- 6) Assegura-se o direito à ausência remunerada e sem prejuízo nas férias, de 01 dia por ano, ao empregado a fim de levar o filho ou dependente previdenciário de até 10 anos de idade ao médico ou acompanhar o internamento do mesmo, mediante comprovação no prazo de 24 horas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS VIGIAS

As empresas, através do seu Departamento Jurídico, prestarão assistência jurídica aos seus empregados que, no exercício da função de vigia, praticarem atos que levem a responder ação penal, desde que respeitadas às normas de segurança e de conduta estabelecidas pela empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

As entidades subscritoras dessa Convenção Coletiva de Trabalho reconhecem e incentivam a igualdade de oportunidades para todos, no acesso à relação de emprego ou na sua manutenção, independente do sexo, origem, raça, cor, estado civil, religião e situação familiar.



CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DO FUNCIONAMENTO DAS EMPRESAS AOS DOMINGOS

Fica autorizado o funcionamento das empresas nos dias de domingo, nas condições:

Parágrafo primeiro: Os empregados que forem escalados para o labor em dias de domingos, receberão ticket refeição ou alimentação, da seguinte forma:

a. R\$ 30,35 (Trinta Reais e Trinta e Cinco Centavos) nas empresas acima de 599 (quinhentos e noventa e nove) funcionários a nível nacional.

Parágrafo segundo: As empresas com menos de 599 (quinhentos e noventa e nove) ficaram isentas do ticket alimentação.

Parágrafo terceiro: O ticket alimentação, concedido nas condições e nos limites definidos nesta Convenção, não possui natureza salarial, e não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos.

Parágrafo quarto: Fica assegurado aos empregados que trabalharem durante o período de funcionamento das lojas aos domingos, a compensação das horas efetivamente trabalhadas na folga da semana subsequente, previamente estabelecida na escala de revezamento.

Parágrafo quinto: Nenhum empregado estará obrigado a trabalhar em 03(três) domingos consecutivos, devendo ser respeitado o interregno de 01(um) domingo de descanso a cada 02(dois) domingos trabalhados consecutivamente, entre os domingos em que houver funcionamento da empresa.

Parágrafo sexto: No caso das lojas situadas nos shoppings centers os supermercados seguirão os horários de abertura dos shoppings.

Parágrafo sétimo: A jornada de trabalho dos empregados nos domingos será somente até as 13:00 horas para quaisquer estabelecimentos, independente do número de funcionários.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FUNCIONAMENTO DAS EMPRESAS NOS FERIADOS

Fica autorizado o trabalho nos feriados municipais, estaduais e federais, com exceção dos dias: 02/07/2019-Dois de Julho, 25/12/2019- Natal, o dia da padroeira de cada município, com a exceção do município de Ituberá que permutará o dia da padroeira pelo dia 14/08/2019, nas condições abaixo discriminadas:



Parágrafo primeiro: Os empregados que forem escalados para o labor em dia de feriados receberão a título de ticket refeição ou Vale Alimentação no seguinte:

a) R\$ 12,75 (Doze Reais e Setenta e Cinco Centavos) nas empresas com até 599 (quinhentos e noventa e nove) funcionários a nível nacional;

b) R\$ 41,95 (Quarenta e um Reais e Noventa e Cinco Centavos) nas empresas acima de 599 (quinhentos e noventa e nove) funcionários a nível nacional.

Parágrafo segundo: O ticket alimentação, concedido nas condições e nos limites definidos nesta Convenção, não possui natureza salarial e não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos.

Parágrafo terceiro: Fica assegurado aos empregados que trabalharem durante o período de funcionamento das lojas nos dias de feriado, a compensação das horas efetivamente trabalhadas em folga a ser concedida no período máximo de 30 dias após o dia do feriado trabalhado, previamente estabelecida na escala de revezamento, sob pena do pagamento da dobra correspondente, na forma da lei.

Parágrafo quarto: A jornada de trabalho dos empregados nos feriados será somente até as 13:00 horas para quaisquer estabelecimentos, independente do número de funcionários.

Parágrafo quinto: Os empregadores que desejarem poderão remunerar o labor no dia do feriado, pagando as horas efetivamente trabalhadas com o percentual de 100% com o devido lançamento em folha de pagamento, ficando dispensada a concessão de folga correspondente.

Parágrafo sexto: Em virtude do fechamento da presente convenção coletiva de trabalho em julho/2019 os lojas que funcionaram nos feriados de 01/05/2019, 19/04/2019, 01/05/2019, 20/06/2019(nos Municípios que existe previsão legal) e 24/06/2019 não sofrerão qualquer tipo de sanção/punição sob a alegação de descumprimento da convenção coletiva, contudo, os empregados que laboraram nos feriados supracitados deverão ser bonificados conforme parágrafos primeiro e terceiro desta cláusula, num prazo de até 60 dias, a contar da assinatura desta convenção, as bonificações e folgas oriundas do labor nos feriados do dia do trabalhador e sexta feira da paixão.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA

As partes convenientes estipulam que, apesar de ambas possuírem representatividade em outras cidades do Estado da Bahia, as cláusulas aqui acordadas terão abrangência apenas nos Municípios de **CAIRU, CAMAMU, IGRAPIÚNA, ITUBERÁ, NILO PEÇANHA, PIRAI DO NORTE E TAPEROA**, ficando as demais regiões sujeitas a negociações individualizadas, observadas as particularidades de cada localidade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DATA BASE

Fica mantida a data base da categoria para 1º de março, vigorando esta Convenção Coletiva de 1º de março de 2019 até 28 de fevereiro de 2020 nos respectivos municípios:

Parágrafo único: As entidades subscritoras desta Convenção poderão, a qualquer tempo, na forma lei, desenvolver negociações sobre as cláusulas aqui convencionadas ou outras condições de trabalho.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente em quatro vias de igual teor, para que possa produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, 31 de Julho de 2019.


Teobaldo Luís da Costa
Presidente do SINDSUPER-SINDICATO DOS SUPERMERCADOS E ATACADOS DE AUTO-SERVIÇO DO ESTADO DA BAHIA.


Dr. Igor Roseno
Advogado Sindsuper - SINDSUPER-SINDICATO DOS SUPERMERCADOS E ATACADOS DE AUTO-SERVIÇO DO ESTADO DA BAHIA.


Adeson da Silva de Matos
Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE VALENÇA - BA.


Dr. Crescêncio Santana
Advogado do SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE VALENÇA - BA.